



LINGUAGEM E CONSTRUÇÃO DE “VERDADES” EM *SABOROSO CADÁVER* (2022) E *1984* (2019)

Ana Carolina Morais de Souza*

Clemilton Pereira dos Santos**

RESUMO: O presente artigo investiga o papel da linguagem na construção de “verdades” em contextos de dominação simbólica, a partir da análise comparativa dos romances *Saboroso Cadáver* (2022), de Agustina Bazterrica, e *1984* (2019), de George Orwell. Em ambas as obras, o controle lexical e discursivo não apenas reflete uma realidade opressiva, mas a torna possível, ao moldar o que pode ser nomeado, pensado e sentido. Com base nos estudos de Ingedore Koch (2004, 2005, 2013) sobre referência e argumentatividade, na perspectiva ideológica de Volóchinov (2021) e nas contribuições de Foucault (2014), Althusser (1970), Mignolo (2014, 2017) e Bauman (2011), o artigo demonstra como a nomeação, a supressão vocabular e a suavização léxica operam como mecanismos de apagamento e naturalização da violência. A *Novafala*, em *1984*, ilustra uma engenharia semântica voltada à aniquilação da dissidência, enquanto em *Saboroso Cadáver*, a estetização discursiva do canibalismo evidencia a eficiência ideológica de eufemismos técnicos e “palavras higiênicas”. Em ambos os casos, a linguagem não apenas comunica, mas regula a percepção e a ação dos sujeitos, instaurando regimes de verdade que inviabilizam formas de resistência. Ao articular linguística textual, crítica social e pensamento decolonial, a análise evidencia que a dominação discursiva se realiza não só pela censura direta, mas pelo reordenamento simbólico das possibilidades de enunciação. O estudo conclui que pensar a linguagem como campo de disputa é essencial para compreender os modos sutis e poderosos de manutenção das estruturas de poder.

PALAVRAS-CHAVES: Linguagem. Poder da palavra. *Saboroso Cadáver*. *1984*. Imaginário cultural coletivo.

RESUMEN: El presente artículo investiga el papel del lenguaje en la construcción de “verdades” en contextos de dominación simbólica, a partir del análisis comparativo de las novelas *Cadáver Exquisito* (2022), de Agustina Bazterrica, y *1984* (2019), de George Orwell. En ambas obras, el control léxico y discursivo no solo refleja una realidad opresiva, sino que la hace posible, al moldear lo que puede ser nombrado, pensado y sentido. Con base en los estudios de Ingedore Koch (2004, 2005, 2013) sobre la referencia y la argumentación, en la perspectiva ideológica de Volóchinov (2021) y en los aportes de Foucault (2014), Althusser (1970), Mignolo (2014, 2017) y Bauman (2011), el artículo demuestra cómo la nominación, la supresión vocabular y la suavización léxica operan como mecanismos de borramiento y naturalización de la violencia. La *Neolengua*, en *1984*, ilustra una ingeniería semántica orientada a la aniquilación de la disidencia, mientras que en *Cadáver Exquisito*, la estetización discursiva del canibalismo evidencia la eficacia ideológica de los eufemismos técnicos y de las “palabras higiénicas”. En ambos casos, el lenguaje no solo comunica, sino que regula la percepción y la acción de los sujetos, instaurando regímenes de verdad que imposibilitan formas de resistencia. Al articular lingüística textual, crítica social y pensamiento decolonial, el análisis evidencia que la dominación discursiva se realiza no solo por medio de la censura directa, sino también por la reconfiguración simbólica de las condiciones de enunciación. El estudio concluye que pensar el lenguaje como campo de disputa es esencial para comprender los modos sutiles y potentes de mantenimiento de las estructuras de poder.

PALABRAS CLAVES: Lenguaje. Poder de la palabra. *Cadáver Exquisito*. *1984*. Imaginario cultural colectivo.

INTRODUÇÃO

Se não existe palavra para nomear aquilo que se quer dizer, o pensamento se torna inexprimível; e mesmo quando nomeado, o modo como se nomeia incide diretamente



sobre o modo como se compreende, organiza e responde à realidade. Trata-se, portanto, de um campo onde operam duas forças que se cruzam e se reforçam: a exclusão lexical – que elimina do vocabulário certas categorias e experiências, apagando-as do imaginário coletivo – e a substituição discursiva – que altera o nome das coisas, e com isso reconfigura sua percepção social. Em ambos os casos, a palavra funciona como dispositivo: ela pode ocultar, legitimar, suavizar. Pode ser, ao mesmo tempo, artifício técnico e operador ideológico.

Nas distopias literárias **1984** (2019), de George Orwell, e **Saboroso cadáver** (2022), de Agustina Bazterrica, essas estratégias aparecem de forma contundente, ainda que por vias distintas. Na primeira, a exclusão radical de termos via Novafala torna literalmente impensável a dissidência; na segunda, a suavização léxica (como “patinhas” para pés humanos e “carne especial” para carne humana) instaura um jogo de eufemismos que esvazia o horror e estabiliza o consumo.

Ambas operam no eixo da construção de verdades, ou seja, de versões autorizadas da realidade, por meio do controle do discurso. O que está em jogo é o que Foucault (2014) descreve como regime de enunciação: um conjunto de regras que determina o que pode ou não ser dito, e sob quais condições algo é aceito como verdadeiro. Assim, o discurso não reflete o mundo: ele o estrutura, o delimita, o normatiza.

A comparação entre um clássico canônico do século XX e uma distopia latino-americana contemporânea permite observar continuidades e deslocamentos nas tecnologias de poder da linguagem: do totalitarismo explícito (Orwell) a uma racionalidade tecnocrática e publicitária (Bazterrica). O recorte contrasta engenharia semântica repressiva e estetização eufemística, iluminando modos distintos de fabricação do consentimento.

O estudo articula três eixos sem colapsar suas diferenças: (i) Foucault: discurso como prática que regula regimes de verdade; (ii) Koch e a referência/argumentatividade como operações de (re)categorização de objetos de discurso; (iii) Volóchinov: ideologia como materialidade do signo na luta social. Procedimento: análise comparativa qualitativa, com base em *close reading* das duas obras e revisão bibliográfica focalizada. Demarcamos que “poder” em Foucault não equivale ao de Althusser, e que “discurso” e “ideologia” são mobilizados de modo situado, apenas quando pertinentes ao recorte.

Considerando o presente como horizonte interpretativo, tomamos, em nota menor, o diagnóstico de Bauman sobre a “modernidade líquida”: a substituição da coerção ostensiva por gestões discursivas difusas que dissolvem referências e tornam aceitável o inaceitável. Essa chave contextualiza a lógica de higienização em *Saboroso cadáver*, sem esvaziar a especificidade da engenharia semântica de *1984*. Ao explicitar como diferentes matrizes teóricas iluminam operações linguísticas distintas de produção de verdade, argumentamos que a dominação discursiva se realiza não apenas por censura, mas por reordenação das possibilidades de enunciação. A seguir, (I) examinamos a estetização higiênica em *Saboroso cadáver*; (II) analisamos a engenharia semântica em *1984*; e (III) retomamos implicações teóricas e políticas da comparação.



Dessa maneira, o presente trabalho se propõe a realizar uma análise qualitativa e interpretativa das obras **Saboroso cadáver** e **1984**, através da revisão bibliográfica, à luz dos conceitos da linguística textual (Koch), de decolonialidade (Mignolo), onde o principal objetivo consiste na compreensão do poder da palavra enquanto elemento concreto e dotado de ideologia (Volóchinov) e seu emprego com vistas a construir o imaginário cultural coletivo.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLOGIA

O presente estudo mobiliza aportes teóricos de diferentes tradições, mas sem apagá-las ou fundi-las. Reconhecemos que tais diferenças, longe de fragilizarem a análise, permitem observar a linguagem como campo atravessado por múltiplas racionalidades críticas. Aqui, o diálogo se estabelece de modo comparativo e estratégico, delimitando em cada caso os conceitos efetivamente utilizados.

Reconhecer tais diferenças é fundamental para evitar uma falsa homogeneidade conceitual. Ainda assim, optamos por utilizá-los de forma articulada, não com a pretensão de unificá-los, mas porque cada um, a partir de sua perspectiva própria, oferece ferramentas específicas para compreender como a linguagem atua na constituição de realidades sociais e na sustentação de regimes de verdade.

Para Foucault (2014), discurso é prática regulada que define o que pode ser dito, pensado e legitimado em cada época. O conceito central mobilizado neste trabalho é o de regimes de verdade, entendido como o conjunto de regras que autoriza certos enunciados e silencia outros. Esse aporte orienta a leitura de *1984*, em que a Novafala configura uma ordem discursiva excludente.

Já Koch (2004, 2005, 2013) contribui a partir da linguística textual, especialmente das noções de referência e argumentatividade. A referência mostra como os objetos de discurso são constantemente recategorizados para estabilizar sentidos, enquanto a argumentatividade evidencia que toda enunciação é orientada por intenções persuasivas. Esse aporte é mobilizado sobretudo em *Saboroso cadáver*, onde eufemismos técnicos recategorizam o horror em linguagem “higiénica”.

Enquanto Volóchinov (2021), associado ao círculo de Bakhtin, sustenta que todo signo é ideológico: ele não apenas reflete, mas refrata e interfere na realidade social. Essa perspectiva ajuda a compreender a palavra como materialidade atravessada por disputas, o que reforça a tese de que a linguagem é campo de luta simbólica. Contribuindo para esse debate ao afirmar que todo signo ideológico, e toda palavra o é, constitui uma parte material da realidade. Em sua perspectiva, os signos não apenas refletem o mundo, mas também o refratam, interferem nele, o transformam. Toda consciência, afirma o autor, só se constitui como tal a partir do preenchimento por signos, o que implica necessariamente em uma dimensão ideológica. Não há signo, portanto, sem disputa, sem valor, sem luta.

Althusser (1970), ao tratar dos Aparelhos Ideológicos de Estado, descreve instituições



que reproduzem a ideologia dominante. Embora seu conceito de “poder” seja distinto do de Foucault (mais estrutural e centrado no Estado), sua formulação é aqui retomada pontualmente para pensar o papel da mídia, da publicidade e da escola na normalização do canibalismo em Saboroso cadáver.

A manipulação da linguagem, portanto, carrega um poder muito mais profundo do que supõe o senso comum, e é justamente esse contato cotidiano, quase invisível, que mascara sua força constitutiva. Desde as interações sociais mais básicas, o discurso opera como estratégia argumentativa: em todo enunciado há uma intencionalidade que busca orientar, convencer, conduzir afetos e crenças. Koch (2004) salienta que toda fala está atravessada por valores e ideologias, mesmo quando pretende exibir neutralidade. A própria ideia de discurso objetivo, para a autora, já é, em si, uma construção ideológica disfarçada de isenção.

Esse caráter não-neutro da linguagem é ainda mais evidente quando a consideramos sob a perspectiva do poder, como fazem os estudos decoloniais. Para Mignolo (2017), a língua foi, e continua sendo, uma das ferramentas centrais do processo colonial, pois sustenta a hierarquia entre saberes, povos e culturas. Ele mostra como as línguas europeias foram legitimadas como produtoras de teoria e ciência, enquanto os idiomas indígenas ou não europeus foram relegados ao campo do folclore ou da oralidade não racional, marcando uma divisão epistêmica radical. Assim, a dominação não ocorre apenas pela força ou pela política, mas também pelo silenciamento linguístico.

A estética, a arte e a literatura, lembra o autor, também foram moldadas segundo esse princípio: o privilégio de dizer o mundo recaiu sobre determinadas línguas e sujeitos, ao passo que outros foram posicionados como objetos de observação ou como meras expressões culturais. Gnerre (1991) também aponta, nesse sentido, que a linguagem funciona como uma cerca simbólica, restringindo o acesso ao poder político e simbólico a partir da própria estrutura do discurso socialmente legitimado.

Ao tratar dos mecanismos de nomeação e estereotipia, Koch (2013) reforça que os nomes não apenas representam protótipos, mas também os estabilizam no imaginário coletivo. Esses rótulos linguísticos, ao serem compartilhados por uma comunidade discursiva, tornam-se parte da memória social, ou seja, daquilo que se cristaliza como senso comum, como “verdade”. São essas operações, repetidas ao longo do tempo, que produzem os estereótipos e os enquadramentos do real, funcionando como âncoras ideológicas.

Mignolo (2017a) amplia essa formulação ao demonstrar como a racialização moderna dependeu da exclusão de determinadas línguas do campo do conhecimento. Para ele, a lógica colonial classificou como inferiores os povos cujos idiomas não se alinhavam ao modelo greco-latino ou às seis línguas modernas europeias. Essa exclusão epistêmica não apenas marcou os sujeitos como irracionais, mas os afastou da possibilidade de legitimar suas próprias verdades, criando um monopólio enunciativo sustentado pelo discurso colonial.

A compreensão da linguagem como instrumento de poder exige que se abandone de vez



a ilusão da neutralidade discursiva. Como afirma Koch (2004), todo discurso está inevitavelmente carregado de ideologia, inclusive (e especialmente) aquele que se apresenta como objetivo ou técnico. A argumentatividade é constitutiva da linguagem humana: ao falar, os sujeitos não apenas descrevem o mundo, mas o julgam, o avaliam, disputam sentidos, influenciam comportamentos. Toda interação verbal, portanto, é situada e intencional, ainda que suas intenções sejam naturalizadas ou dissimuladas pelo hábito discursivo.

Essa dimensão do discurso como ação intencional é fundamental para se compreender o lugar da linguagem na reprodução de estruturas de poder. As formas pelas quais um sujeito nomeia o mundo nunca são inocentes: nomear é sempre também enquadrar, categorizar, e por isso mesmo, regular as possibilidades de pensamento e ação. É nesse ponto que a obra de Volóchinov (2021) se torna essencial: ao afirmar que a palavra carrega em si uma carga ideológica, o autor desloca a compreensão da linguagem como sistema neutro para o campo do embate social. Os signos, para ele, são não apenas reflexos, mas também componentes ativos da realidade. Toda consciência é atravessada por eles, pois é apenas na interação social, e, portanto, ideológica, que ela se constitui.

Com isso, torna-se possível compreender como os discursos oficiais – como os das mídias, das instituições ou dos regimes autoritários – operam menos pela imposição explícita do que pela naturalização dos sentidos.

A noção de palavra como produto ideológico exige também uma reflexão sobre a própria ideia de realidade. Koch (2003), ao mobilizar o estudo de Blikstein sobre o caso Kaspar Hauser, sustenta que aquilo que tomamos como “real” é, em grande medida, um efeito de nossa percepção cultural, e que essa percepção é regulada pela linguagem. Os objetos que nos parecem evidentes só o são porque foram definidos, nomeados e organizados por uma trama simbólica que precede nossa experiência direta. A realidade, nesse sentido, é uma construção sociocognitiva: ela se forma no entrelaçamento entre *práxis*, linguagem e cultura.

É esse o ponto de interseção entre linguística textual, filosofia da linguagem e crítica social: a nomeação não é um ato descritivo, mas performativo. Todo discurso constrói representações que funcionam como memórias públicas, repertórios que moldam tanto o que se diz quanto o que se cala. As obras de Bazterrica e Orwell escancaram esse funcionamento: nelas, a palavra – ou sua ausência – organiza inteiramente os limites do que é possível pensar, sentir ou rejeitar.

Nesse processo de reconfiguração discursiva da realidade, é importante considerar o diagnóstico feito por Bauman (2011) sobre a chamada “modernidade líquida”. Em contraste com as distopias clássicas fundadas na coerção explícita, como **1984**, o autor mostra que as sociedades contemporâneas se estruturam a partir da fluidez das normas, da precarização das verdades e da volatilidade dos vínculos.

O controle não se dá mais apenas pela vigilância ostensiva, mas pela dissolução das referências fixas. Essa liquefação do social cria terreno fértil para a aceitação de discursos



aberrantes, desde que revestidos de funcionalidade, assepsia técnica ou linguagem afetuosa. Em **Saboroso cadáver**, por exemplo, o canibalismo não é imposto à força: ele é sugerido, educado, higienizado, publicitário. A naturalização da barbárie ocorre não pela censura direta, mas pela estetização discursiva, algo profundamente coerente com a lógica da modernidade líquida que Bauman (2011) descreve.

A metodologia adotada é qualitativa e comparativa, com base em *close reading* das duas obras selecionadas. As análises concentram-se em passagens cuja manipulação lexical e discursiva se revela decisiva para a construção da realidade narrada. O corpus foi escolhido por reunir uma distopia canônica do século XX e uma distopia latino-americana contemporânea, permitindo observar tanto continuidades quanto deslocamentos nas tecnologias discursivas de poder.

2. A CONSTRUÇÃO DA BARBÁRIE HIGIENIZADA EM SABOROSO CADÁVER

A obra **Saboroso cadáver**, pode ser considerada uma distopia. Etimologicamente, distopia é a palavra formada pelo prefixo *dis* (doente, infelicidade, dificuldade, dor, privação ou mal funcionamento) mais *topos* (lugar); sendo sua tradução, algo como “lugar ruim”. Portanto, distópicas são aquelas obras que problematizam e extrapolam danos e cenários prováveis caso determinadas correntes ideológicas, econômicas ou religiosas sigam até certas consequências, geralmente temíveis e indesejadas. Basicamente, são um sinal de alerta para que o futuro seja evitado combatendo o presente; como disse Antônio Candido: “Nada mais importante para chamar a atenção sobre uma verdade do que exagerá-la” (Candido, 2000, p. 5), basicamente, aí reside o poder e a beleza das distopias.

Saboroso cadáver foi lançado em 2017 e ganhou o Prêmio Clarín Novela em 2017, na Argentina, e o *Ladies of Horror Fiction Award* como melhor romance de 2020, nos Estados Unidos. No romance acompanhamos a vida de Marcos Tejo, funcionário do frigorífico Krieg, enquanto este desempenha suas funções e segue sua vida relativamente pacata; o detalhe é que o frigorífico onde trabalha não comercializa mais carne animal, e sim humana, pois nesta nova realidade um vírus, chamado GGB, atingiu todos os animais do planeta tornando sua carne – e presença – nociva para os seres humanos. Com a impossibilidade de utilizar animais para a alimentação, e após alguns episódios cruéis e bizarros, os governos passam a regulamentar a criação e o abate de carne humana para consumo, tal qual /eram os antigos animais de abate.

A realidade distópica construída por Agustina Bazterrica em **Saboroso cadáver** se ancora em uma estética do cotidiano pervertido: uma sociedade moderna, funcional e reconhecível, que, sob a justificativa de uma crise sanitária global, normaliza a criação e o abate de seres humanos como forma de suprir a demanda por carne. Trata-se de um futuro horrível, mas construído a partir de mecanismos já conhecidos, sobretudo no modo como a linguagem opera para higienizar e justificar a barbárie.

No universo da obra, os termos utilizados para nomear a nova prática alimentar são cuidadosamente selecionados para promover distanciamento afetivo e dissociação moral. Pés humanos se tornam “patinhas”, vísceras são tratadas como “cortes especiais” e a carne



humana é vendida sob o rótulo de “carne especial”. Não se trata apenas de eufemismos, mas de um processo discursivo estruturado, que altera a percepção coletiva e a experiência individual. Bazterrica mostra como a manipulação lexical se torna um dispositivo de dominação ideológica, em que a violência é esvaziada de seu conteúdo ético pela via da linguagem; o que remete diretamente aos processos de referência discutidos por Koch (2013), em que os objetos de discurso são constantemente recategorizados para estabilizar sentidos convenientes no seio de uma comunidade discursiva.

A autora não apenas representa esse funcionamento, mas o tematiza com lucidez: já nas primeiras páginas, o protagonista Tejo é atravessado pela consciência de que certas palavras são “convenientes”, “higiênicas”, e que há um léxico autorizado para descrever o horror de modo palatável:

Muitos naturalizaram aquilo que a mídia insiste em chamar de “Transição”. Mas ele não, porque sabe que transição é uma palavra que não evidencia como o processo foi curto e cruel. Uma palavra que resume e cataloga um fato incomensurável. Uma palavra vazia. Mudança, transformação, virada: sinônimos que parecem ter o mesmo significado, mas a escolha de cada um deles fala de uma maneira singular de ver o mundo (Bazterrica, 2022, p. 16).

Em uma entrevista ao blog da editora que trouxe sua obra para o Brasil (DarkSide Books), Bazterrica faz uma fala quanto ao uso da linguagem e o cuidado especial que teve para compor seu livro e ilustra perfeitamente muitos dos apontamentos gerais que constam no trabalho:

a linguagem é fundamental tanto no livro como na vida. Trabalhei com bastante consciência porque é algo vivo. A fala é algo político, nunca é inocente, e as palavras que dizemos ou que deixamos de dizer falam sobre a maneira com que cada um de nós vê o mundo. A linguagem encobre ou revela. Barthes nos revela o poder das palavras e, claro, destaca que a linguagem é uma construção social, portanto, constrói a nossa identidade. Não é necessário ser um linguista para entender isso, e os regimes totalitários sabem disso muito bem, porque ao limitar a linguagem também se limita o pensamento. Há uma citação do líder nazista Joseph Goebbels que diz: “Nós não queremos convencer as pessoas das nossas ideias, queremos reduzir o vocabulário de tal forma que não possam expressar ideias que não sejam as nossas”. Essa frase resume o que acontece com a linguagem em *Saboroso Cadáver*. Palavras são proibidas para que a nova realidade seja aceita com submissão, seja naturalizada (Bazterrica, 2022).

A narrativa revela, assim, que o apagamento simbólico da violência não se dá por omissão, mas por reformulação estratégica, um funcionamento típico do que Althusser (1970) define como Aparelhos Ideológicos de Estado. É por meio da mídia, da publicidade, da escola, da ciência, da família e da religião que se constrói a aceitação do canibalismo institucionalizado. A linguagem é a ponte que naturaliza a transgressão: ao modificar o modo de dizer, modifica-se o modo de sentir, de agir, de resistir.



Essa naturalização discursiva é acompanhada de uma estetização da prática: o consumo de “cortes finos” torna-se símbolo de status, reforçando as hierarquias sociais e integrando o canibalismo ao circuito do prestígio. A crítica de Bazterrica é feroz justamente por mostrar que, na modernidade líquida descrita por Bauman (2011), o horror não precisa mais ser imposto com violência física: ele é incorporado com suavidade, desde que venha embalado por uma retórica eficiente.

No centro da narrativa de Bazterrica está Marcos Tejo, funcionário de um frigorífico que lida exclusivamente com carne humana. A naturalidade com que executa suas funções contrasta com sua afetação silenciosa e constante desconforto, não apenas com a prática em si, mas com a forma como ela é mediada simbolicamente. O presente que recebe por seu desempenho – uma mulher viva da Primeira Geração Pura (PGP), criada em cativeiro sem modificações genéticas – revela o grau de objetificação instaurado pelo novo léxico institucional: a moça não é “uma mulher”, mas uma “fêmea PGP”.

Essa nomenclatura técnica, padronizada e “legal”, mostra o apagamento deliberado da subjetividade: a linguagem age para desumanizar, para transformar corpos em categorias produtivas. E é justamente a recusa silenciosa de Tejo em agir conforme o esperado – ou seja, matar e consumir – que opera como resistência discursiva. Ele não verbaliza sua oposição, mas carrega, dentro de si, os resíduos de um mundo anterior, onde outras palavras ainda faziam sentido.

Essa tensão entre linguagem e experiência subjetiva encontra respaldo direto nos estudos de Koch (2013), especialmente na noção de referenciação. Para a autora, a linguagem não espelha a realidade extralinguística, mas constrói objetos de discurso que, uma vez instaurados, podem ser reativados, modificados ou recategorizados a depender dos efeitos pretendidos. É exatamente o que ocorre no romance: a carne não é “carne humana”, mas “carne especial”; as extremidades não são “braços” ou “pernas”, mas “mãozinhas” e “patinhas”. A nova sociedade não apenas renomeia a prática do abate, ela redefine o que pode ser percebido, compartilhado e aceito.

A referenciação, enquanto atividade discursiva, é, portanto, uma ferramenta de controle. Os discursos oficiais escolhem termos que condensam sentidos e apagam os conflitos: como observa Tejo já nas primeiras páginas do livro, há palavras que são “legais”, “higiênicas”, e outras que não se podem dizer. A nova ordem simbólica não proíbe explicitamente a reflexão, mas impede suas condições de enunciação. Não se trata de censura declarada, trata-se da impossibilidade de dizer aquilo que sequer foi nomeado.

Essa operação linguística permite que a estrutura do horror permaneça funcional e legitimada. Ao nomear uma mulher viva como “fêmea PGP”, o sistema discursivo interrompe qualquer relação empática: desativa a alteridade, evita a identificação. Tejo, ao não consumi-la de imediato, se coloca à margem do discurso autorizado, mas não por uma lógica de rebelião heroica, e sim por uma insuficiência simbólica. Ele não consegue se inscrever na nova gramática da violência. Sua resistência é silenciosa, quase vegetal, mas profundamente significativa: ele encarna o ruído no sistema da referenciação totalizante.



A sofisticação do projeto distópico de Bazterrica se revela por completo na forma como os Aparelhos Ideológicos de Estado operam de modo integrado para garantir a adesão da população ao novo regime alimentar. Ciência, mídia, escola, publicidade, família e religião funcionam como vetores de normalização: articulam discursos que transformam a violência em técnica, o abate em cuidado, a carne humana em escolha racional. A referência a Althusser (1970) é precisa aqui: não há hegemonia sem o domínio sobre os AIEs. E é através deles que a classe dominante impõe sua visão de mundo como verdade inquestionável, recobrando a barbárie com verniz civilizatório.

A linguagem, nesse processo, não é apenas um instrumento a serviço da dominação: ela é a própria tecnologia pela qual a dominação se realiza. Ao manipular os signos, o sistema manipula os afetos, os valores e a própria possibilidade de resistência. A recategorização lexical – conforme demonstra Koch (2013) – permite que o real seja reconstruído discursivamente. Não se trata apenas de convencer a população, mas de reconstruir sua percepção da realidade desde dentro, por meio da palavra autorizada.

Essa lógica atinge seu ápice na cena final do romance, quando Tejo, que até então hesitava, se entrega completamente à ordem discursiva vigente. Ao levantar a marreta e golpear Jazmín – a mulher antes poupada –, o protagonista não apenas executa um ato de violência: ele realiza o gesto simbólico de sua reintegração plena ao sistema. Sua fala final, ao descrever o olhar da mulher como o “do animal domesticado”, marca a consolidação do novo regime de verdades. A linguagem da submissão venceu. Aquele que, até então, oferecia ruído à maquinaria da referenciação, torna-se mais um vetor de sua reprodução.

O que Bazterrica escancara é que a barbárie não precisa ser brutal para ser efetiva. Ela pode ser doce, higiênica, legalizada, desde que bem administrada discursivamente. A nova ordem simbólica não apenas produz objetos de consumo, mas produz sujeitos que consomem, desejam e justificam esse consumo. A crítica da autora é incisiva: quando a linguagem é colonizada pela ideologia dominante, não restam palavras para a recusa.

3. A NOVAFALA E A ENGENHARIA DAS CONSCIÊNCIAS EM 1984

Em **1984**, de George Orwell, o controle da linguagem não é apenas um instrumento de dominação política, é a própria condição de possibilidade para que o totalitarismo se mantenha. O Partido não apenas monitora comportamentos ou pune ações desviantes: ele intervém diretamente na estrutura simbólica que torna o pensamento possível. O conceito de “Novafala” (Newspeak) não é uma simples inovação linguística, mas uma engenharia semântica que visa suprimir qualquer possibilidade de dissenso. Como o próprio narrador explica, a função da Novafala é tornar certos pensamentos literalmente impensáveis.

A lógica discursiva da Novafala se ancora na simplificação e supressão vocabular: palavras são eliminadas, seus significados reduzidos ou fundidos, e as estruturas gramaticais são adaptadas para restringir nuances. Essa operação sistemática de apagamento simbólico encontra eco direto no que Foucault (2014) chama de “ordem do



discurso”: um regime de produção e controle do que pode ser dito, pensado e acreditado dentro de determinada formação histórica. Em Orwell, o Partido estabelece uma ordem discursiva tão rígida que pensar contra ela se torna estruturalmente impossível, não há mais palavras para descrever a dor, a dúvida, a revolta.

O controle da linguagem, nesse sentido, é também um controle da memória e da história. Ao reescrever continuamente os registros do passado, o Partido manipula não apenas os fatos, mas a própria possibilidade de constatar que houve manipulação. Trata-se de um domínio radical sobre o tempo, que se assemelha à lógica dos Aparelhos Ideológicos de Estado (Althusser, 1970), mas em um nível ainda mais profundo: aqui, o próprio sujeito se torna objeto de reconfiguração simbólica. A linguagem deixa de ser um meio de expressão autônoma e passa a ser uma prótese do Estado, cada palavra carregando o selo do Grande Irmão.

A partir da teoria da referenciação de Koch (2013), também é possível compreender como a Novafala não apenas nomeia, mas produz realidades. Os objetos de discurso no universo de **1984** são moldados de forma a excluir qualquer margem de ambiguidade: o termo “bom” é suficiente para tudo que o Partido aprova, enquanto “desbom” substitui qualquer gradação de maldade. A recategorização sistemática da linguagem impede a proliferação de sentidos e mantém a ordem ideológica estável. A consequência é a aniquilação da subjetividade, não há espaço para dissenso nem mesmo no plano do pensamento privado.

A trajetória de Winston Smith em **1984** representa a derrocada simbólica do sujeito diante de um aparato totalitário que domina não apenas a linguagem, mas a própria estrutura do pensamento. Seu trabalho no Ministério da Verdade – apagar contradições, reescrever fatos, harmonizar o passado com o presente do Partido – é, em essência, uma pedagogia do esquecimento. Ele não apenas edita documentos, mas aprende a anular o real. O dogma “o Partido nunca erra” não se sustenta em coerência factual, mas na reconfiguração contínua dos objetos de discurso. O mundo muda, mas o discurso se ajusta para parecer fixo, imune ao tempo. A verdade, nesse regime, é um efeito da autoridade linguística.

A tentativa de Winston e Julia de se insurgirem contra essa ordem é frustrada não só pela vigilância tecnológica e policial, mas pelo controle do simbólico. Ao serem capturados e levados ao Ministério do Amor – ironicamente, mas de cheia de simbolismo nomeado –, são submetidos a uma pedagogia da tortura que visa não apenas ao corpo, mas à alma discursiva. O’Brien, algoz e instrutor, não busca apenas submissão comportamental, mas realinhamento linguístico. A tortura física é acompanhada de sessões de reeducação semântica: é preciso crer que dois mais dois são cinco, é preciso nomear o irreal como real, sob pena de extinção do eu.

Aqui, novamente, Foucault (2014) é iluminador: o poder não precisa proibir diretamente; ele se exerce de maneira produtiva, organizando os saberes, determinando os discursos possíveis e moldando os sujeitos. Winston é progressivamente destituído de seus significantes dissidentes. Quando, ao final, grita que Julia deve sofrer em seu lugar, não apenas cede ao medo: profere a frase que o Partido esperava. Nesse momento, ele se torna um corpo linguístico plenamente colonizado.



O que se destrói não é apenas o afeto, mas a gramática da resistência. Ao abandonar Julia, Winston rompe o último vínculo de alteridade que ainda o ligava ao real não totalizado. Quando, tempos depois, se reencontram sem paixão, sem memória afetiva, é porque a linguagem que poderia nomear o amor, o desejo e a aliança foi apagada. A Novafala venceu. Winston ama o Grande Irmão, não como escolha, mas como única possibilidade discursiva que lhe restou.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta análise, procuramos evidenciar como a linguagem opera como um dispositivo central na constituição das verdades em contextos de dominação. Nos romances **Saboroso cadáver**, de Agustina Bazterrica, e **1984**, de George Orwell, a palavra não apenas designa o mundo: ela o molda, o filtra, o silencia ou o autoriza. A realidade, nesses universos distópicos, é organizada por meio de discursos que gozam de autoridade institucional – científica, política, midiática, religiosa – e que orientam o modo como os sujeitos percebem e se relacionam com o real.

As estruturas de poder presentes nas obras analisadas não se mantêm apenas pela repressão física (embora esta exista), mas sobretudo por meio da regulação discursiva e da produção de sentidos. A eficácia da dominação reside justamente em seu caráter invisível e internalizado, naturalizado por meio da linguagem cotidiana. A nomeação de seres humanos como “carne especial” ou “fêmea PGP” em Bazterrica, e a imposição da Novafala como único idioma legítimo em Orwell, revelam uma lógica de controle que se efetiva ao interditar os nomes da dor, do desejo e da subversão.

Essa dinâmica se aproxima do que Michel Foucault (2014) define como regime de verdade: um conjunto de práticas discursivas que estabelece quais saberes são possíveis, quais enunciados são válidos e quais sujeitos podem falar. Ao analisar os mecanismos de referenciação em ambas as obras, percebemos como o poder se infiltra nos próprios atos de designação e categorização. Não se trata apenas de censura explícita, mas de uma reorganização das condições de enunciação. O que não é dito não pode ser pensado, e, portanto, não pode existir como resistência.

Os Aparelhos Ideológicos de Estado (Althusser, 1970) funcionam como mediadores desse processo, operando na educação, na mídia, na família, na arte, na religião, difundindo a ideologia dominante sob o disfarce da neutralidade ou do senso comum. A linguagem, nesse contexto, deixa de ser apenas representação e torna-se instrumento de formação do sujeito. Tanto Winston quanto Tejo são progressivamente reconfigurados não apenas em suas crenças, mas em sua capacidade de sentir, lembrar e significar. Seus destinos trágicos não advêm apenas da violência física, mas da internalização de um discurso que inviabiliza outras formas de vida.

Volóchinov (2021) já nos alertava que toda palavra está atravessada por relações sociais e que o signo ideológico é o campo por excelência da luta de classes. Ao reafirmar essa perspectiva, este trabalho buscou demonstrar que a linguagem não pode ser pensada como



um elemento secundário nas dinâmicas de dominação. Ao contrário: ela é o próprio campo em que se trava a batalha pelo sentido, pela memória e pela dignidade. A imposição de verdades únicas, operadas discursivamente, tem o potencial de naturalizar a barbárie, apagando as mediações históricas que a tornam possível.

Como apontam Mignolo (2017a, 2017b) e outros pensadores da colonialidade, a linguagem também foi, e continua sendo, uma ferramenta de dominação colonial, racial e epistêmica. Nesse sentido, a leitura crítica da linguagem e de seus usos políticos torna-se ainda mais urgente em contextos contemporâneos marcados pelo recrudescimento de discursos autoritários, negacionistas e fundamentalistas.

Diante do exposto, acreditamos que futuras pesquisas podem aprofundar a investigação das relações entre linguagem e poder sob diferentes perspectivas: por exemplo, o estudo das tecnologias digitais e seus algoritmos como novos aparelhos ideológicos; a análise do discurso de *fake news* como produção deliberada de regimes de verdade; ou ainda a investigação de formas literárias contemporâneas que resistem à captura simbólica, como a poesia marginal, a literatura indígena e a escrita trans dissidente. Tais estudos podem ampliar o escopo desta reflexão e contribuir para a construção de uma crítica mais ampla aos mecanismos que operam a partir – e por meio – da palavra.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Lisboa/São Paulo: Editorial Presença/Martins Fontes, 1970.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- BAZTERRICA, Agustina. **Saboroso cadáver**. Rio de Janeiro: DarkSide Books, 2022.
- CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. São Paulo: Publifolha, 2000.
- DARKSIDE. **Agustina Bazterrica**: “A literatura de terror é um canal das emoções sociais”. Disponível em: <https://darkside.blog.br/agustina-bazterrica-a-literatura-de-terror-e-um-canal-das-emocoes-sociais/>. Acessado em fevereiro de 2024.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- GNERRE, Maurizio. **Linguagem, escrita e poder**. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- KOCH, Ingedore G. Villaça. **Argumentação e linguagem**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- KOCH, Ingedore G. Villaça. **Desvendando os segredos do texto**. 4 ed. São Paulo:



Cortez, 2005.

KOCH, Ingedore G. Villaça. **Introdução à linguística textual**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

MIGNOLO, Walter. Desafios decoloniais hoje. Epistemologias do sul, Foz do Iguaçu/PR, 1(1), pp. 12-32, 2017a. Originalmente publicado em BORSANI, María Eugenia; QUINTERO, Pablo (orgs.). **Los desafios decoloniales de nuestros días: pensar en colectivo**. Neuquén: EDUCO - Universidad Nacional del Comahue, 2014.

MIGNOLO, Walter. Colonialidade: O lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** – Vol. 32, nº 94 junho/2017b.

ORWELL, George. **1984**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

VOLÓCHINOV, Valentin. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 3 ed. São Paulo: Editora 34, 2021.

*Discente do curso de Letras/Espanhol da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. E-mail: anacarolinamoraissouza@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-9647-6073>.

**Docente efetivo dos cursos de Letras/Inglês e Espanhol da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. E-mail: clemilton.ps@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3982-5010>